

Tupi Transportes Urbanos Piratininga Ltda.

Sumário executivo do diagnóstico das práticas
contábeis

2014



Building a better
working world

Quadro resumo do diagnóstico das práticas contábeis

Apresentamos abaixo o resumo do volume de itens identificados por tópicos, sendo que os comentários detalhados estão apresentados nas páginas subsequentes:

Descrição	Quantidade de itens
Ausência de divulgação	6
Fragilidade nos procedimentos contábeis	19
Ausência de documentação	11
Ausência de conciliação	4

Comentários gerais:

- ▶ As divulgações em notas explicativas de forma mais detalhada, além de ser uma exigência requerida nos pronunciamentos técnicos contábeis, auxilia terceiros em suas análises.
- ▶ As deficiências nas análises e/ou conciliações de determinadas contas contábeis podem ocasionar em divergências, bem como, apresentações inadequadas das demonstrações contábeis.
- ▶ É necessário que as contas contábeis patrimoniais estejam devidamente suportadas por conciliações e/ou composições de forma a comprovarem os saldos contábeis, podendo estas, ser objeto de análise em uma eventual fiscalização por órgãos reguladores.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de divulgação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Divulgação de informações nas demonstrações contábeis	Ausência de divulgação das informações requeridas de acordo com as normas contábeis, como por exemplo: norma contábil aplicada, base de apresentação, informações sobre a empresa, políticas contábeis detalhadas para todas as transações significativas, critérios de reconhecimento da receita, instrumentos financeiros, entre outras.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	É necessário maior divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis, mais especificamente pelo Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, itens 8.2 a 8.7.
Divulgação de informações nas demonstrações contábeis	Ausência de divulgação dos objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	É necessário maior divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis, mais especificamente pelo Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 11.
Divulgação de informações nas demonstrações contábeis	Ausência de divulgação da data e quem autorizou a emissão das demonstrações contábeis.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	A Empresa deve divulgar a data em que foi concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e quem forneceu tal autorização, atendendo ao requerido no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 32.9.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de divulgação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Divulgação de informações nas demonstrações contábeis	Nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não apresenta a informação comparativa com relação ao período anterior para todos os montantes apresentados na demonstração dos fluxos de caixa.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	Apresentar o conjunto completo de demonstrações contábeis de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 3, item 20.
Partes relacionadas	Ausência de divulgação das informações requeridas de acordo com as normas contábeis, como por exemplo: remuneração do pessoal-chave da Administração e transações com partes relacionadas.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	Divulgar as informações de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, itens 33.5 a 33.14.
Imobilizado	Ausência de divulgação das informações requeridas de acordo com as normas contábeis, como por exemplo: movimentação do ano (adições, baixas e transferências), taxa de depreciação, bens restritos, valor capitalizado de juros, perdas por redução ao valor recuperável, entre outras.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	É necessário maior divulgação sobre as operações do Ativo Imobilizado, atendendo às divulgações requeridas pelo Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, itens 17.31 e 17.32.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Caixa e equivalentes de caixa	A Empresa não possui critérios para analisar a classificação de seus recursos financeiros em caixa e equivalentes de caixa.	A ausência de política referente à classificação de caixa e equivalentes de caixa pode ocasionar apresentação inadequada de caixa e equivalentes de caixa, causando distorções na análise do fluxo de caixa e nas demonstrações contábeis.	Criar procedimentos de análise para o reconhecimento de caixa e equivalentes de caixa, conforme Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 7.2.
Estoque	<p>Existem peças de reposição, cuja expectativa de utilização pela Administração é de mais de um exercício social, classificadas no grupo de contas dos estoques, como por exemplo: motores, pneus e peças de veículos.</p> <p>De acordo com a norma contábil, peças de reposição desta natureza devem ser classificadas como ativo imobilizado.</p>	<p>A ausência de classificação de bens como ativo fixo pode ocasionar a ausência de depreciação e, dessa forma, superavaliar o resultado do exercício.</p> <p>A classificação de peças de reposição, cuja expectativa de utilização é de mais de um exercício social, no grupo de contas de estoque pode ocasionar distorções nas demonstrações contábeis.</p>	As peças de reposição que a Empresa espera utilizar por mais de um período devem ser reclassificadas para o ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 17.5.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações				
Tributos a recuperar	<p>A Empresa não efetua análise sobre a possibilidade de compensação ou realização de créditos tributários registrados na contabilidade.</p> <p>Podemos citar como exemplo:</p> <table> <tr> <td><u>Descrição</u></td> <td><u>R\$</u></td> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td>111.944</td> </tr> </table>	<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>	PIS	111.944	A ausência de análise sobre a possibilidade de compensação ou realização de créditos tributários gera perdas não registradas no resultado da Empresa.	A Empresa deve avaliar os itens não realizáveis em linha com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias empresas, Seção 2, item 49.
<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>						
PIS	111.944						
Imobilizado	Ausência de realização da análise de redução ao valor recuperável dos bens do imobilizado e intangível.	A ausência da análise de redução ao valor recuperável pode ocasionar ativos registrados com saldos acima de seu valor recuperável.	Elaborar anualmente documentação suporte para análise de indicativo de redução ao valor recuperável, a fim de que o saldo contábil não seja superior ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 27.1.				
Imobilizado	A Empresa não apresentou estudo técnico para estimar a vida útil e o valor residual dos bens constantes do seu ativo imobilizado a fim de atendimento da norma contábil.	A ausência das análises de vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado pode ocasionar utilização de taxas de depreciação não condizentes com a vida econômica do bem, bem como a depreciação e valores residuais.	Elaborar, anualmente, documentação suporte para respaldar a prática adotada na estimativa da vida útil do bem e valor residual conforme Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 17.18.				

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Imobilizado/reserva de reavaliação (PL)	<p>Quando da adoção do PME, a Empresa realizou a atualização do ativo imobilizado pelo critério do custo atribuído ("deemed cost"), conforme disposto no ICPC 10. O valor da atualização, no entanto, não foi alocado nos respectivos itens do imobilizado, apresentando um saldo fechado no grupo de contas do imobilizado.</p> <p><u>Descrição da conta</u> <u>R\$</u> Ajustes de avaliação patrimonial 7.691.100</p> <p>Adicionalmente, esse mesmo saldo está apresentado no grupo de contas do patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial".</p> <p>Tanto na conta do ativo como na conta do patrimônio líquido não houve qualquer registro de depreciação nos exercícios de 2011 e 2012.</p>	A ausência do registro de depreciação gera distorção dos saldos contábeis.	<p>Na adoção inicial do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas prevê que seja utilizada a opção de custo atribuído.</p> <p>Se faz necessária, porém, a alocação do custo atribuído para cada item do ativo imobilizado, como orienta a Interpretação ICPC 10 § 21 a 29.</p> <p>A Empresa deve, também, efetuar o cálculo da depreciação do ativo imobilizado e registrar a depreciação em contrapartida do resultado e, simultaneamente, transferir o valor correspondente da conta de "Ajustes de avaliação patrimonial" para a conta de "Lucros ou prejuízos acumulados".</p>
Fornecedores	A contabilização de fornecedores e outros passivos não está sendo realizada conforme regime de competência.	A ausência do registro de fornecedores e outros passíveis de acordo com o registro de competência gera distorção dos saldos contábeis.	Reavaliar os procedimentos adotados a fim de cumprir o princípio contábil da competência, conforme determinado no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 2, item 2.36.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Fornecedores	Saldos pendentes há longa data e sem a respectiva análise de liquidação.	A ausência da análise dos saldos pendentes de fornecedores pode ocasionar em saldos não baixados quando do efetivo pagamento ocasionando, dessa forma, distorções nas demonstrações contábeis.	A Empresa deve analisar as operações em aberto de fornecedores de modo a identificar possíveis saldos pendentes de regularização, bem como para efetuar a classificação quanto à liquidação dessas operações em circulante e não circulante de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 4.1.
Empréstimos e financiamentos	Não acompanhamento/controle dos <i>covenants</i> (cláusulas contratuais restritivas).	<p>Caso haja necessidade de antecipação da dívida em função do não cumprimento das obrigações contratuais, o valor total dos empréstimos e financiamento deve ser reclassificado para passivo circulante.</p> <p>Possível desequilíbrio de fluxo de caixa, visto que alguns contratos de empréstimos podem exigir, no caso de não cumprimento das suas obrigações, a liquidação imediata das posições em aberto.</p>	Analisar e controlar as cláusulas contratuais restritivas (<i>covenants</i>), a fim de evitar antecipação da dívida pelo não cumprimento das suas obrigações e, no caso da necessidade de antecipação, na reclassificação do valor total da dívida para o passivo circulante.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Empréstimos e financiamentos	<p>A Empresa não efetua a análise da segregação dos empréstimos e financiamentos entre passivo circulante e não circulante.</p> <p>De acordo com a norma contábil, a classificação de passivo circulante deve ser realizada quando a Empresa espera liquidar o passivo no período de até 12 meses após a data das demonstrações contábeis.</p>	<p>A classificação dos empréstimos e financiamentos como passivo circulante, cuja expectativa de pagamento exceder 12 meses, está em desacordo com as normas contábeis, ocasionando apresentação inadequada nas demonstrações contábeis.</p>	<p>Reavaliar a segregação entre passivo circulante e não circulante de acordo com o Pronunciamento Contábil PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 4.4.</p>
Empréstimos e financiamentos	<p>Os valores de juros sobre empréstimo não estão sendo contabilizados dentro do período de competência.</p>	<p>A não contabilização dos juros sobre empréstimos dentro do período de competência pode ocasionar distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>Realizar uma revisão dos registros contábeis e controles financeiros para o registro dos juros sobre empréstimos de acordo com o princípio da competência, conforme determinado no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 2.36.</p>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	<p>Ausência de constituição dos impostos diferidos na atualização do ativo imobilizado quando da adoção do custo atribuído.</p>	<p>A não constituição dos impostos diferidos sobre o custo atribuído do imobilizado gera distorções nas demonstrações financeiras, uma vez que os impostos relativos a este ganho de capital, com a nova avaliação, não estão reconhecidos contabilmente.</p>	<p>A Empresa deverá constituir os impostos diferidos passivos deduzindo o saldo da conta "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Deverá, também, ajustar o valor do imposto de renda diferido pela realização do bem por depreciação, de acordo com ICPC 10, item 25.</p>

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Patrimônio líquido	<p>A conta de “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)” está sendo movimentada com transações junto a partes relacionadas.</p> <p>A conta de AFAC é uma conta de natureza temporária e sua destinação deve ser exclusivamente para o aumento de capital.</p>	<p>A movimentação de entrada e saída nesta conta pode descaracterizar a natureza de AFAC e, conseqüentemente, o não cumprimento com as normas contábeis.</p>	<p>A Empresa deve revisar os procedimentos adotados, bem como analisar a natureza de cada operação, para a correta classificação contábil.</p>
Ajuste de exercícios anteriores	<p>A demonstração das mutações do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2012 apresenta o montante de R\$8.935.884 como “Ajuste de exercícios anteriores”.</p> <p>De acordo com a norma contábil, a Empresa, assim que identificar erros cometidos em períodos anteriores, deve corrigi-los retrospectivamente e reapresentar o balanço com os efeitos dos ajustes.</p> <p>A Empresa deve também apresentar um breve descritivo sobre a natureza de cada tipo de erro identificado e respectivos impactos nas demonstrações contábeis.</p>	<p>Apresentação de saldos contábeis classificados em desacordo com a norma contábil.</p> <p>A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.</p>	<p>A Empresa deve reapresentar as demonstrações contábeis com a correção de erro, demonstrando os efeitos dos ajustes em cada conta afetada, de acordo com a norma do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias empresas, Seção 10, que trata de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.</p>

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Receita bruta na demonstração do resultado	<p>A Empresa apresentou, na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a receita bruta, os impostos incidentes sobre a receita e a receita líquida.</p> <p>Para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Empresa quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviço não são benefícios econômicos que fluam para a Empresa e não resultam em aumento do patrimônio líquido. E portanto, devem ser excluídos da receita.</p>	A apresentação da demonstração da receita bruta e respectivos impostos na demonstração do resultado ocasiona divulgação das demonstrações contábeis em desacordo com a norma contábil.	<p>A Empresa deve apresentar na demonstração do resultado o valor da receita líquida dos tributos sobre venda, de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 23.4.</p> <p>Adicionalmente, a Empresa deve apresentar a abertura da receita em nota explicativa específica.</p>
Resultado não operacional	<p>Com a adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil, houve algumas mudanças de terminologias contábeis como por exemplo, a extinção da classificação das receitas e despesas em operacionais e não operacionais ou resultado extraordinário.</p> <p>Na demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2012 foi apresentado o montante de R\$745.443 e R\$4.496 nas rubricas de "Receitas não operacionais" e "Despesas não operacionais", respectivamente.</p>	A classificação de receitas e despesas não operacionais gera distorções nas demonstrações contábeis.	A Empresa deve classificar as contas do resultado de acordo com as normas vigentes de contabilidade, atentando para as mudanças de termos usualmente utilizados na prática contábil anterior.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Receitas e despesas financeiras	<p>A Empresa apresentou na demonstração do resultado as receitas e despesas financeiras no grupo de contas de resultado operacional.</p> <p>Vale ressaltar que a norma contábil determina que as operações com receitas e despesas financeiras sejam apresentadas em grupo específico após a apresentação do resultado antes das receitas e despesas financeiras.</p>	<p>A demonstração das receitas e despesas financeiras no grupo de contas do resultado operacional ocasiona divulgação de informações nas demonstrações contábeis em desacordo com a norma contábil.</p>	<p>A Empresa deve apresentar as receitas e despesas financeiras em um grupo distinto na demonstração do resultado, em linha com a norma contábil requerida no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 5.7.</p>
Participação no resultado	<p>A Empresa apresentou, na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Participação no resultado", no montante de R\$643.250,00, referente ao resultado da equivalência patrimonial da empresa investida após o resultado do exercício depois do imposto de renda e contribuição social.</p> <p>De acordo com a norma contábil, as operações com investidas devem ser classificadas na demonstração do resultado como resultado operacional.</p>	<p>A demonstração do resultado de equivalência patrimonial após o resultado do exercício depois do imposto de renda e contribuição social ocasiona divulgação de informações nas demonstrações contábeis em desacordo com a norma contábil.</p>	<p>A Empresa deve preparar a demonstração do resultado em linha com a classificação requerida na norma contábil requerida no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 82.</p>

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Provisão para demanda judicial	<p>A Empresa não apresentou a relação de todos os processos judiciais em aberto, com a classificação de perda e valor em risco.</p> <p>De acordo com a norma contábil, só deve ser reconhecido no passivo os processos com probabilidade de perda provável.</p>	Apresentação de saldos contábeis classificados em desacordo com a norma contábil.	A Empresa deve rever o procedimento de análise e reconhecimento da provisão para demanda judicial de acordo com o Pronunciamento Contábil PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 21, item 14.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de documentação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Contas a receber	<p>Inexistência de relatório de títulos vencidos para avaliação da necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>Provisões para crédito de liquidação duvidosa não constituída ou constituída em montante insuficiente para cobrir possíveis perdas com não recebimentos.</p>	<p>Elaborar análise e adotar um critério que a Empresa entenda ser suficiente para fazer frente às possíveis perdas com valores a receber, com levantamentos dos créditos pendentes há longa data ou considerados como de alto risco, em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 2.49.</p>
Contas a receber	<p>A Empresa não apresentou a documentação suporte e realização subsequente do saldo da conta de "Contas a receber" em aberto na data base de 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$1.806.237.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve localizar os documentos e preparar uma conciliação, a fim de que se possa verificar, a qualquer tempo, a apresentação dos registros contábeis</p>

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de documentação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Estoques	A Empresa não apresentou o relatório com a contagem do inventário físico realizado.	A ausência de inventário físico ou comprovação da realização de procedimentos de inventário físico pode ocasionar divergências entre a quantidade física e a quantidade dos estoques registrada pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.	Formalizar o inventário físico com relatórios de contagem e os procedimentos realizados, a fim de suportar o saldo contábil de estoque no final do exercício.
Outros valores realizáveis e receitas diferidas	<p>A Empresa apresenta em sua contabilidade o saldo de R\$22.477.712, classificado como “Outros valores realizáveis” no ativo circulante, decorrente de processo judicial movido contra a SPTrans.</p> <p>A Empresa apresenta, também, saldo de R\$13.541.827 classificado como receitas diferidas no passivo não circulante, decorrente do mesmo processo judicial.</p> <p>Não foi disponibilizada a documentação suporte deste processo para analisarmos a origem dos saldos e respectivos registros contábeis.</p> <p>Cabe ressaltar que a norma contábil não permite a contabilização de ativos contingentes até o momento em que o ganho seja praticamente certo.</p>	Possível contabilização e divulgação contábil em desacordo com as normas contábeis.	A Empresa deve analisar o critério de reconhecimento e divulgações de ativos contingentes de acordo com o requerido no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 21.16.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de documentação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Imobilizado e intangível	<p>A Empresa não apresentou a composição e documentação suporte da movimentação do saldo imobilizado e intangível no período.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve localizar os documentos e preparar uma conciliação, a fim de que se possa verificar, a qualquer tempo, a apresentação dos registros contábeis</p>
Fornecedores	<p>Ausência do relatório analítico de todos os fornecedores com saldo em aberto, contendo informações, como por exemplo: da data de emissão da nota fiscal ou fatura, vencimento e pagamento, para suporte do saldo contábil.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>A ausência de relatório suporte de fornecedores consolidado pode ocasionar em valores referentes a contas a pagar/fornecedores não contabilizados ou não baixados quando do efetivo pagamento.</p>	<p>Elaboração do relatório analítico de fornecedores e conciliação com saldo registrado na contabilidade.</p>

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de documentação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações						
Parcelamentos de tributos	<p>A Empresa não apresentou as guias de recolhimento das contas listadas abaixo, para o saldo em aberto na data base de 31 de dezembro de 2012:</p> <table><tr><td><u>Descrição</u></td><td><u>R\$</u></td></tr><tr><td>IRRF sobre folha</td><td>15.455</td></tr><tr><td>IRRF sobre serv. terceiros</td><td>5.947</td></tr></table> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>	IRRF sobre folha	15.455	IRRF sobre serv. terceiros	5.947	<p>A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve elaborar periodicamente as composições e conciliações das contas contábeis e suportá-las com documentação hábil e idônea, de forma que estas suportem as demonstrações contábeis.</p>
<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>								
IRRF sobre folha	15.455								
IRRF sobre serv. terceiros	5.947								
Partes relacionadas	<p>Saldos de contas a receber de partes relacionadas pendentes há longa data, sem explicação ou análise de realização, ausência de contrato social e balancete da empresa investida .</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>A ausência da composição e análise de saldos contábeis pendentes há longa data pode ocasionar perdas com a possível não realização de saldos a receber, bem como na classificação e divulgação contábil em desacordo com as normas contábeis.</p>	<p>A Empresa deve analisar as operações em aberto com partes relacionadas de modo a identificar possíveis perdas com realização, bem como efetuar a classificação quanto à realização destas operações entre ativo circulante e não circulante, de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 4.1 e efetuar as devidas divulgações nas demonstrações financeiras.</p>						

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de documentação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Partes relacionadas	<p>O balanço patrimonial apresenta o montante de R\$4.061.858 referente a operações com partes relacionadas.</p> <p>No entanto, a Empresa não apresentou a documentação suporte destas transações.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve localizar os documentos e preparar uma conciliação, a fim de que se possa verificar, a qualquer tempo, a apresentação dos registros contábeis</p>
Receita diferida	<p>A Empresa não apresentou a composição e documentação suporte para o saldo em aberto de receita diferida no montante de R\$13.541.827 em 31 de dezembro de 2012.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve localizar os documentos e preparar uma conciliação, a fim de que se possa verificar, a qualquer tempo, a apresentação dos registros contábeis.</p>
Oscilações dos saldos das contas contábeis do ativo, passivo e resultado	<p>A Empresa não apresentou explicações relativas às oscilações dos saldos das contas contábeis do período de janeiro a junho de 2012 e julho a dezembro de 2012.</p>	<p>A ausência de análise das oscilações dos saldos das contas contábeis impossibilita a identificação e regularização tempestiva de eventuais falhas contábeis, podendo, consequentemente, gerar distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve analisar as oscilações dos saldos das contas contábeis a cada período de fechamento contábil, a fim de que se possa verificar e regularizar eventuais falhas dos registros contábeis de forma tempestiva.</p>

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de conciliação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações								
Contas a receber	<p>Saldos credores em conta de natureza devedora, na data base de dezembro de 2012, conforme demonstrado abaixo:</p> <table> <tr> <th>Descrição</th> <th>R\$</th> </tr> <tr> <td>SAO PAULO TRANSPORTE S/A</td> <td>(72.169)</td> </tr> <tr> <td>SAO PAULO TRANSPORTE S/A</td> <td>(72.721)</td> </tr> </table>	Descrição	R\$	SAO PAULO TRANSPORTE S/A	(72.169)	SAO PAULO TRANSPORTE S/A	(72.721)	A apresentação de contas com saldos credores em contas de natureza devedora gera distorções nas demonstrações contábeis.	Realizar revisão dos lançamentos e conciliação das contas contábeis, a fim de adequar a natureza das contas aos seus respectivos saldos.		
Descrição	R\$										
SAO PAULO TRANSPORTE S/A	(72.169)										
SAO PAULO TRANSPORTE S/A	(72.721)										
Contas a receber	<p>Divergência não conciliada entre a posição financeira e o saldo contábil de contas a receber, na data base de dezembro de 2012, conforme demonstrado abaixo:</p> <table> <tr> <th>Descrição</th> <th>R\$</th> </tr> <tr> <td>Saldo contábil</td> <td>1.808.385</td> </tr> <tr> <td>Saldo relatório financeiro</td> <td>1.966.235</td> </tr> <tr> <td>Divergência</td> <td>(157.849)</td> </tr> </table>	Descrição	R\$	Saldo contábil	1.808.385	Saldo relatório financeiro	1.966.235	Divergência	(157.849)	As divergências não conciliadas entre a posição financeira e contábil gera distorções nas demonstrações contábeis.	Realizar a conciliação dos saldos de forma tempestiva a fim de identificar divergências não justificadas entre o relatório financeiro e o saldo contábil.
Descrição	R\$										
Saldo contábil	1.808.385										
Saldo relatório financeiro	1.966.235										
Divergência	(157.849)										
Fornecedores	<p>Divergências não conciliada entre a posição financeira e o saldo contábil de fornecedores, na data base de dezembro de 2012, conforme demonstrado abaixo:</p> <table> <tr> <th>Descrição</th> <th>R\$</th> </tr> <tr> <td>Saldo contábil</td> <td>2.188.695</td> </tr> <tr> <td>Saldo relatório financeiro</td> <td>3.250.819</td> </tr> <tr> <td>Divergência</td> <td>(1.332.124)</td> </tr> </table>	Descrição	R\$	Saldo contábil	2.188.695	Saldo relatório financeiro	3.250.819	Divergência	(1.332.124)	As divergências não conciliadas entre a posição financeira e contábil gera distorções nas demonstrações contábeis.	Realizar a conciliação dos saldos de forma tempestiva a fim de identificar divergências não justificadas entre o relatório financeiro e o saldo contábil.
Descrição	R\$										
Saldo contábil	2.188.695										
Saldo relatório financeiro	3.250.819										
Divergência	(1.332.124)										

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de conciliação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Parcelamento de tributos	Divergência entre o saldo contábil e o extrato do REFIS, em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado abaixo:		Realizar a conciliação dos saldos de forma tempestiva a fim de identificar as diferenças entre documentação suporte e saldo contábil, efetuando-se os ajustes necessários.
	<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>	
	Saldo contábil - circulante	1.135.787	
	Saldo extrato	<u>814.044</u>	
	Divergência	321.743	
	Saldo contábil - não circulante	7.053.543	
	Saldo extrato	<u>7.169.185</u>	
	Divergência	(115.643)	
	A não conciliação entre o saldo contábil e o saldo do extrato de REFIS pode ocasionar distorções nas demonstrações contábeis.		